

**P O D E R   J U D I C I Á R I O**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

<b>SENTENÇA</b>
-----------------

Processo nº:	<b>1001799-90.2015.8.26.0566</b>
Classe - Assunto	<b>Arresto - Medida Cautelar</b>
Requerente:	<b>Confecções Jojo Ltda</b>
Requerido:	<b>Muito Facil Distribuidora de Produtos Ltda</b>

CONFECÇÕES JOJO LTDA ajuizou ação contra MUITO FACIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA, pedindo arresto cautelar em bens, haja vista o insucesso na localização da ré e a existência de outra empresa no mesmo endereço, com constante mudança de sócios entre ambas.

Deferiu-se e cumpriu-se liminarmente a medida.

A ré contestou o pedido, afirmando a inexistência de pressupostos autorizadores da medida cautelar.

manifestou-se a autora.

É o relatório.

Fundamento e decido.

A autora promove ação monitória contra a ré e encontra dificuldades na localização. Além disso, vislumbra-se a hipótese de confusão patrimonial com outra pessoa jurídica.

Verifica-se, nos autos daquele processo, a alternância de sócios e de endereços, entre as sociedades "Muito Fácil Ltda." e "Bela Midas Ltda.", parecendo mesmo revelar a hipótese de sucessão empresarial, capaz de indicar a responsabilidade desta pelas dívidas daquela. Tanto que, nessa circunstância, determinou-se a citação da ré, MUITO FÁCIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA., na pessoa de quem aparentemente continua exercendo

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

seus atos empresariais, BELA MIDAS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA., na Rua Episcopal nº 1.275, nesta cidade, esta representada pelos sócios de direito ou de fato, ou seja, a pessoa que se apresente como representante legal ou que, nas circunstâncias, esteja à frente do empreendimento empresarial, como gerente de fato.

E lembrando precedentes jurisprudenciais:

PROCESSO CIVIL - MEDIDA CAUTELAR INOMINADA COM EFEITOS DE ARRESTO - CHEQUE PRESCRITO - INTERESSE DE AGIR - ADEQUAÇÃO - EXISTÊNCIA. É admissível cautelar inominada, de indisponibilidade de bens, para garantir a eficácia de ação monitoria lastreada em cheque prescrito. (Resp 714675/MS, 3ª Turma, Rel. Min. HUMBERTO GOMES DE BARROS, J. em 25.09.2006, p. 288).

CAUTELAR DE ARRESTO. Ação monitoria de cobrança de saldo decorrente da venda e compra de peças para motocicletas. Extinção da demanda por falta de interesse processual na modalidade adequação. Descabimento. Extinção afastada. Recurso provido para este fim (TJSP, Apelação n.º 1095566-96.2013.8.26.0100, Rel. Des. Gilberto dos Santos, 05.05.2014).

Não se discute, no âmbito deste processo cautelar, a possível responsabilidade patrimonial de Bela Midas Distribuidora de Produtos Ltda., por dívida da contestante, ou a circunstância de, eventualmente, a constrição recair sobre bens alheios ao patrimônio da própria contestante. Discute-se, apenas, a oportunidade do provimento cautelar, o qual é totalmente apropriado, pois visa acautelar os interesses e direitos da autora, identificando bens passíveis de penhora enquanto tramita o processo de conhecimento, de rito especial, tendente a constituir o título executivo judicial.

Diante do exposto, acolho o pedido e decreto o arresto cautelar em bens da ré.

# PODER JUDICIÁRIO



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Condeno a ré ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios fixados por equidade em R\$ 1.000,00.

P.R.I.C.

São Carlos, 10 de maio de 2015.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**